

De que jeito se governava a Colônia

Apresentação do Módulo 3

Já conhecemos bastante sobre a sociedade escravista, especialmente em sua fase colonial. Pouco sabemos ainda sobre a organização do poder político na antiga Colônia portuguesa.

Neste módulo, vamos conhecer essa organização social e política. Vamos estudar também as transformações culturais, socioeconômicas e políticas que estavam acontecendo na Europa no final do século XVIII. Assim vamos entender de que modo o Brasil se transformou em um novo país em 1822. Ele se tornou a única monarquia no meio das várias repúblicas que foram surgindo nas Américas, nessa mesma época.



Nesta aula

Não era nada fácil possuir colônias na Época Moderna (séculos XVI, XVII e XVIII). Precisava-se criar uma organização que garantisse a posse das colônias e, ao mesmo tempo, sua exploração.

Nesta aula, vamos ver de que modo Portugal enfrentou esse desafio e, de tão longe, organizou o governo de sua Colônia na América.

Medidas colonizadoras: capitânicas e Governo Geral

Por volta de 1530, quando Portugal decidiu colonizar de fato o Brasil, a monarquia portuguesa encontrava-se com graves problemas financeiros. Não possuía dinheiro suficiente para montar um sistema político-administrativo na Colônia. A solução encontrada para a ocupação do território foi a doação de terras a nobres e a ricos comerciantes de Portugal.

As terras que pertenciam à Coroa portuguesa pelo Tratado de Tordesilhas foram divididas em **capitânicas hereditárias**, isto é, que passavam de pai para filho. Quando recebiam essas faixas de terra, os **donatários** (homens que recebiam as capitânicas) eram obrigados a cuidar da defesa do território contra a invasão estrangeira e os ataques indígenas, mas garantiam com isso uma série de vantagens para a montagem de engenhos de açúcar. Assim, a Coroa esperava resolver o problema da posse do território, sempre atacado por outros países europeus, e obtinha, ao mesmo tempo, uma rentável fonte de lucro: o açúcar.

A fim de atraí-los para a Colônia, foram oferecidos poderes políticos e administrativos aos donatários. Embora não fossem os proprietários de todo o território da capitania, os capitães-donatários eram encarregados de administrá-la. Poderiam doar pedaços de terra – as **sesmarias** – para quem tivesse cabedal (isto é, recursos financeiros) e fosse católico. Deveriam pagar impostos ao rei, que tinha o monopólio do comércio de tudo o que fosse extraído na Colônia, desde madeira e ervas até metais preciosos.

Capitanias hereditárias

O sistema de capitanias hereditárias permitia à Coroa dividir com particulares o custo da colonização e administração das novas terras. Mas todos os poderes eram uma concessão real.

Só foram bem-sucedidas as capitanias de São Vicente e Pernambuco, cujos colonos tinham mais recursos para construir engenhos e combater os índios. A presença jesuíta e a escravização de índios cristianizados garantiram a ocupação portuguesa e o sucesso de São Vicente. Já Pernambuco tornou-se uma região pioneira na formação da sociedade escravista das Américas. Isso aconteceu porque estava mais perto da Europa e havia mais recursos para a construção de engenhos e a compra de escravos. Outros fatores que contribuíram para isso foram a violência e a determinação com que os moradores combateram os nativos que lhes eram hostis.



De todas as capitanias criadas, apenas Pernambuco e São Vicente conseguiram prosperar, e transformaram-se em pontos a partir dos quais se deu a posse definitiva das terras brasileiras para a Metrópole.

As demais capitanias não prosperaram. Muitas delas nem chegaram a ser ocupadas. O sistema de capitanias não atingiu seu objetivo de povoar o vasto território brasileiro.

Para Portugal, era difícil controlar a Colônia e, para os colonos, ficava complicado arcar com todos os problemas que ocorriam durante a colonização.

Governo Geral

Em 1548, diante dessa situação, foi criado o Governo Geral, com sede em Salvador, para defender o território dos ataques externos e internos e auxiliar os donatários que estivessem em dificuldades.

Capitão-mor:
militar
encarregado
da defesa.

Ouvidor-geral:
encarregado da
justiça.

Provedor-mor:
encarregado das
finanças.

O objetivo da criação do Governo Geral foi dar “favor e ajuda aos donatários”, segundo o Regimento elaborado por D. João III em 17 de dezembro de 1548. Para auxiliar o **governador**, foram criados cargos de **capitão-mor da costa**, **ouvidor-geral** e **provedor-mor da Fazenda**.

O primeiro governador-geral foi Tomé de Souza, que chegou ao Brasil em 1549. Depois dele veio Duarte da Costa, em 1553. Finalmente, veio Mem de Sá, que governou até 1572. A partir dessa data, o Brasil foi dividido em dois governos, com o objetivo de melhor combater os estrangeiros e incentivar as pesquisas minerais no país.

Várias medidas foram tomadas também no sentido de reduzir a autonomia dos colonos, como, por exemplo, a proibição de ocupar o interior sem uma licença real. Mas isso nem sempre era respeitado. A tentativa de manter a colonização no litoral para facilitar a vigilância da Metrópole, assim como a escolha de Salvador como sede do Governo Geral, a meio caminho entre o norte e o sul da Colônia, não diminuíram o isolamento em que viviam os colonos e não afetaram a autonomia e o poder que eles tinham em algumas regiões. Mas de onde vinham esses poderes?

O poder dos “homens bons”

Já vimos a importância dos engenhos na economia colonial, principalmente na fase inicial. Sua importância não era apenas econômica, mas também política. À medida que os engenhos se desenvolviam, especialmente na capitania de Pernambuco, foram-se fundando as vilas, que deram origem aos municípios. Os senhores de engenho ganhavam cada vez mais importância e se faziam representar nas Câmaras Municipais, que tinham como objetivo administrar o município e todo o seu patrimônio. Só participavam delas os **homens bons**, que, na época, eram os representantes dos proprietários de terra e de escravos, e constituíam o poder político-administrativo dos colonos.

O senhor de engenho era respeitado e temido não apenas pelos escravos, vítimas mais frequentes de sua violência, mas pelos lavradores, feitores e todos os que estivessem à sua volta. Quanto mais homens ele controlasse, especialmente escravos, mais importante e respeitado se tornava para a sociedade da região. A hierarquia era a marca dessa sociedade, cujo valor maior era a propriedade de escravos e de terras e o controle de todos os que vivessem no engenho.

Em qualquer situação, quem vinha em primeiro lugar era o chefe da família, o patriarca.



Em primeiro lugar estava o patriarca, seguido de sua família e, por fim, os empregados e escravos. E esse poder não se restringia ao engenho, estendendo-se até as vilas, por intermédio das Câmaras.

O Brasil holandês e a União Ibérica

A primeira metade do século XVII foi um tempo de guerra no Império Colonial Português. As Coroas de Portugal e Espanha uniram-se no período de 1580 a 1640.

Ao ser incorporado à Espanha, Portugal tornava-se inimigo daqueles que até então haviam sido seus principais parceiros nos lucros da aventura colonial: os holandeses. Os comerciantes holandeses financiaram muitos dos primeiros engenhos no Brasil e eram os principais compradores europeus do açúcar que Portugal levava de Pernambuco. Também as especiarias que Portugal comprava nas Índias eram vendidas para negociantes holandeses.

Mas Espanha e Holanda estavam em guerra. Para a América portuguesa, o resultado disso foram duas invasões holandesas no litoral do Nordeste, sendo que a segunda durou cerca de 24 anos – de 1630 a 1654.

Até hoje nota-se a marcante presença dos holandeses no Nordeste, principalmente na cidade de Recife, conhecida como a **Veneza brasileira**, graças às obras do príncipe holandês Maurício de Nassau. Após um período de acordo com os colonos, a Holanda passou a adotar uma política mais rígida em seus domínios no Brasil, como a cobrança de empréstimos e intolerância religiosa. A partir daí, os colonos, com apoio de Portugal – que já havia se separado da Espanha – conseguiram expulsar os holandeses do Brasil, após nove anos de conflitos.

Expulsos do Brasil, os holandeses trataram de criar um novo pólo produtor de açúcar na região do Caribe, na América Central, também em bases escravistas. Assim, a escravidão africana se espalhou pela América Central, e criou-se um forte concorrente ao açúcar brasileiro.

Ao se separar da Espanha em 1640, Portugal não estava em boa situação econômica, pois havia perdido grande parte das suas colônias no Oriente. Além disso, o açúcar brasileiro enfrentava a concorrência do açúcar da América Central, o que ocasionou uma significativa queda de preços. Como sair da crise?

As reformas do Marquês de Pombal

A Metrópole passou a estimular, desde então, as **entradas** para o interior em busca do ouro e outros metais preciosos. Com a descoberta das minas, nas terras do atual estado de Minas Gerais, Portugal montou um sistema administrativo centralizado, que se baseava numa fiscalização rígida e constante. A partir de 1750, essa centralização administrativa foi consolidada, principalmente, pelo Marquês de Pombal – primeiro-ministro do rei de Portugal.

O centro administrativo da Colônia saiu de Salvador, sendo transferido, em 1763, para a cidade do Rio de Janeiro, mais próxima da região mineradora.

As capitanias particulares da região foram extintas e passaram para o controle direto da Metrópole. Criaram-se as Companhias de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Bahia – que sofreram forte oposição de seus colonos até essas capitanias serem extintas. As companhias de comércio queriam estimular e controlar as atividades dessas áreas, por meio do monopólio.

Os jesuítas, verdadeiros colonizadores “concorrentes” na região amazônica, foram expulsos da Colônia. As fronteiras com a América espanhola passaram a ser negociadas entre Portugal e Espanha, e o mapa do Brasil colonial começou a se aproximar do contorno do Brasil atual.

O tempo não pára

Ao longo do século XVIII, a região açucareira foi perdendo cada vez mais importância para a Metrópole, sendo superada pela região mineradora. Mas o poder das famílias patriarcais não terminou. Os senhores de engenho ainda eram temidos e respeitados pela população.

Enquanto isso, no Centro-Sul, a cobrança de impostos pela Metrópole foi se tornando cada vez maior, e o **Pacto Colonial** começou a ser um problema para os colonos dessa região. No final do século XVIII e no início do século XIX, novos elementos entraram em cena na relação Metrópole-Colônia. Mas isto é uma outra história...

Exercícios

Relendo o texto

Leia mais uma vez o texto da aula, sublinhe as palavras que não entendeu e veja o que elas significam, no vocabulário da Unidade ou no dicionário.

1. Releia **Medidas colonizadoras: capitânicas e Governo Geral** e responda:
 - a) Por que Portugal adotou o sistema de capitânicas hereditárias para colonizar o Brasil?
 - b) Quais os resultados do sistema de capitânicas?
2. Releia **O poder dos “homens bons”** e responda:
 - a) Quem eram os **homens bons**?
 - b) Que poderes eles tinham?
3. Releia **O Brasil holandês e a União Ibérica** e responda: quais os resultados das invasões e da expulsão dos holandeses do Nordeste do Brasil?
4. Releia **As reformas do Marquês de Pombal** e responda: quais as medidas adotadas por Pombal para aumentar o controle da Metrópole sobre a Colônia?
5. Dê um novo título a esta aula.

Fazendo a História

Leia com atenção o texto abaixo e responda às perguntas.

“O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionadamente se estimam os títulos entre os fidalgos do reino.”

Fonte: **Antonil**

1. Identifique no texto palavras ou trechos que mostrem a importância do senhor de engenho.
2. Quem eram as pessoas que obedeciam, serviam e respeitavam os senhores de engenho?